



COOPLISBOA – União de Cooperativas de Consumo, UCRL

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO E CONTAS DE 2006

ÍNDICE

1 Relatório da Direcção

1.1 Enquadramento Institucional

1.2 Actividades Associativas e Ambientais

1.3 Valor Humano

1.4 Económico e Financeiro

1.4.1 Investimentos

1.5 Cooperação e Intercooperação

1.6 Conclusões

2 Balanço e Demonstração de Resultados

2.1 Balanço Analítico

2.2 Demonstração de Resultados

2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

2.4 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

3 Proposta de Aplicação de Resultados

4 Certificação Legal de Contas

5 Parecer do Conselho Fiscal



COOPLISBOA – União de Cooperativas de Consumo, UCRL

1 Relatório da Direcção

1.1 Enquadramento Institucional

A COOPLISBOA – União de Cooperativas de Consumo, CRL apresenta pela 1ª vez, resultados negativos, situação prevista no Plano de Actividades, face às perspectivas de abertura de novos espaços comerciais, livres de planeamento comercial, o que significa que, muitos dos actuais concorrentes vão fechar as suas portas, outros venderão as suas empresas e, outros ainda, continuarão no mercado.

A Cooplisboa, neste exercício, desenvolveu um conjunto de soluções tecnológicas, que estão a ser gradualmente instaladas nas LOJAS COOP, que facilitarão todo o circuito de comunicação no interior do GRUPO COOP, permitindo qualidade, rigor e rapidez a todos os níveis da gestão económica, financeira e social, mas exige, de todos, disciplina, disponibilidade para aprender e a utilização das soluções para os seus fins específicos.

Nesta matéria, a Direcção, reconhecendo as capacidades da concorrência, valorizamos a forte ligação das Cooperativas às Comunidades Locais, a qualidade das LOJAS COOP, a sua localização estratégica, o preço competitivo do seu Cabaz de Compras, assumindo ainda uma relação com as Associadas, enquadrada nos precisos termos dos Princípios Cooperativos, destacando-se apenas dois:

- **O 1º Princípio Cooperativo – Adesão Voluntária e Livre**, conceito indispensável para trabalhar na resolução dos problemas, que afectam os que estão e querem estar no GRUPO COOP;
- **4º Princípio Cooperativo – Autonomia e Independência**, conceito que é fundamental entender, que se aplica para o exterior do GRUPO COOP, pois, no actual quadro económico, a coesão interna e a concentração de meios e de recursos é fundamental, gerando dependência, mas, fortalecendo a Cooperativa.

Assim, assumimos com a Fenacoop uma parceria séria e complementar, procurando dar suporte técnico às suas actividades institucionais e de representação política, integrando as suas Delegações nos contactos com o Governo e com a Assembleia da República, mas, essencialmente, com o Movimento Cooperativo Nacional e Internacional.

Durante o exercício trabalhámos para afirmar o *Sector Cooperativo e Social*, constitucionalmente previsto, procurando que cada Cooperativa ou Entidade de Fins não Lucrativos assegure o que de melhor sabe e pode fazer, delegando, nas restantes, as funções em que se especializaram. Entendemos que esta complementaridade de tarefas é adequada e correcta, contudo continua pouco divulgada, mas o *Sector* assume, voluntária e solidariamente, uma boa parcela da resolução dos problemas sociais do país, considerando-se, por isso, que a oportunidade existe e que vale a pena lutar por ela.

Continuamos a integrar a UNIMARK, CRL, fazendo parte dos seus Órgãos Sociais, convictos de que esta Central de Negociação é indispensável à actividade da Cooplisboa e de outras 40 Empresas que dela fazem parte as quais intervêm em todo o território nacional, nas actividades de Grossista e de Retalhista, com competitividade e rentabilidade.

Sabemos que disputamos um mercado muito competitivo, onde as decisões empresariais são tomadas em tempo oportuno, por pessoas tecnicamente muito bem preparadas, devendo as Cooperativas dispor de idênticas estruturas operacionais, onde os seus Quadros utilizem as mesmas ferramentas, para atingir os fins estatutários das Cooperativas, ou seja, servir com qualidade, variedade, a preço justo e perto das suas residências, os Consumidores Associados em Cooperativas de Consumo e os Utentes de Entidades de Fins não Lucrativos.

1.2 Actividades Associativas e Ambientais

A Cooplisboa é uma União de Cooperativas, sendo estas, Associações de Pessoas que se organizaram para intervir na economia e competir no mercado, procurando equilibrar a dinâmica empresarial, com o debate de ideias, a confrontação de opiniões e as iniciativas associativas, culturais e ambientais, todas na defesa do interesse das Pessoas, as quais, no mercado, são conhecidas por Consumidores.

Este enquadramento equilibrado entre o empresarial e o associativo não é fácil de fazer e, por isso, deve ser objectivo e pragmático, uma vez que a Cooperativa teve a sua origem na Associação de Pessoas, mas, no sector económico onde nos inserimos, só é viável pela dinamização e rentabilidade empresarial.

As decisões a tomar na Cooperativa de Base, na União ou na Federação de Cooperativas, podem ser classificadas de modo diverso, recordando-se as seguintes:

- **Decisões estratégicas**, consideradas essencialmente políticas, inerentes a uma visão global de médio e de longo prazo do colectivo, para cumprir a missão estatutária, devendo envolver, na formação da decisão, todos os que laboram e dirigem a Cooperativa e, se necessário, recorrer a opiniões externas;
- **Decisões operacionais**, tomadas com frequência, vocacionadas para resolver assuntos de curto prazo, sendo estas decisões, sempre enquadradas nos objectivos estratégicos, visando dar cumprimento à Missão estatutária.

Ambas as decisões, estratégicas e operacionais, são indispensáveis ao bom funcionamento global da Cooperativa, da União e da Federação, ou seja, do chamado GRUPO COOP, sendo por isso fundamental, não confundir o tipo de decisão, nem o tempo em que é tomada, nem tão pouco, o órgão competente para a tomar.

É nesta perspectiva que a Cooplisboa se envolve no debate com as suas Associadas, *Cooperativas e Entidades de Fins não Lucrativos*, realizando, a Direcção um ciclo alargado de reuniões, destacando-se:

- As quatro Assembleias Gerais, *três em sessão Ordinária e uma em sessão Extraordinária*, destinadas a apreciar e a votar os seguintes assuntos:
 - Plano de Actividades e o Orçamento;
 - Ratificar a adesão de novos Membros;
 - Relatório da Direcção e as Contas;
 - Aval a quatro Associadas, no âmbito dos seus projectos de investimento, mas de interesse recíproco.
- A reunião mensal para acompanhar a actividade económica e social da União e do GRUPO COOP;
- A reunião quinzenal do Secretariado, para decidir sobre os assuntos institucionais correntes da União e das suas Associadas;
- As duas reuniões anuais com os Trabalhadores, para analisar o Plano de Actividades e o Orçamento, reflectir a situação económica e financeira da União e os projectos para o GRUPO COOP;
- As frequentes visitas às suas Associadas, de que resultaram dezenas de reuniões, visando informar, esclarecer, fomentar a coesão e a concentração económica mas, igualmente, suscitar a adesão política aos projectos e às deliberações tomadas em sede própria, destacando-se as seguintes:
 - Na zona **Norte**, reunimos com:
 - A “*Lourocoop*”, em Lourosa e a “*Macicoop*” em Macieira de Sarnes para analisar as formas de organização, de coordenação e de controle regional de toda a actividade;
 - A “*Operária de Consumo e Produção de Ramalde*”, no Porto, Cooperativa centenária, que conseguiu, com o apoio da União, reabrir uma moderna LOJA COOP no início de 2006 e com quem tratou, igualmente, os temas acima referidos para além de analisar com mais frequência e acompanhar o investimento, a gestão da nova unidade e, encontrar soluções para o impasse financeiro, só possível ultrapassar através da rentabilização do seu valioso património, construído e cultural;
 - Numa das visitas, estivemos no Pindelo para conhecer as Cooperativas “*Pindelo Coop*” e “*Pinhão Coop*”, ambas na região de Oliveira de Azeméis, iniciando-se o processo de aproximação à União;
 - Na zona do **Ribatejo e Oeste**, reunimos com:
 - A “*Coopovo*”, na Marinha Grande, procurando encontrar formas de aproximação económica e política e ainda, criar condições para a coordenação efectiva de toda a actividade;

- Temas igualmente analisados na “*Coopribatejo*”, no Cartaxo, dando-se ênfase à análise da situação económica e financeira desta Cooperativa, ao projecto de compra e de modernização da LOJA COOP de Alcanhões e ainda, à legalização do importante património de Almeirim;
- Na zona de **Lisboa e Vale do Tejo**, reunimos com:
 - A “*Comuna Coop*”, em Mira Sintra, que pretende assumir o controle total das suas secções de frescos e remodelar uma das suas LOJA COOP;
 - A “*Coopbancários*”, em Lisboa, procurando formas de intensificar o relacionamento económico, mas, mais do que isso, envolver esta importante Cooperativa nas inúmeras actividades do GRUPO COOP, que vão da defesa do Consumidor, promoção ambiental, formação profissional e ainda, a representação política e institucional;
- Na zona de **Setúbal**, afinámos permanentemente com a “*Pluricoop*” a partilha de todos os meios, procurando soluções de inovação, que preparem o GRUPO COOP para as condições concorrenciais, que sabemos, se irão intensificar nos anos vindouros;
- Na zona do **Alentejo Litoral e Sul**, reunimos com:
 - A “*Proletário Alentejano*”, em Beja e com a “*Castrense*”, em Castro Verde, para debater a organização empresarial e a sua plena adesão ao *núcleo duro* do GRUPO COOP, bem como a todos os projectos dinamizadores das Cooperativas de Consumidores;
 - A “*Cooperativa de Montes Velhos*” para analisar a forma de melhorar o controle da actividade e resolver as dificuldades de funcionamento nos seus Órgãos Sociais;
 - A “*27 de Setembro*”, em Vale de Santiago, Odemira, procurando o equilíbrio das contas, por via do melhor controle da margem comercial, apoiando ainda, juridicamente, esta Associada, na divergência que a opõe à Junta de Freguesia, sobre as condições de utilização do edifício sede;
 - A “*Ermidas Gare*”, em Ermidas, para acompanhar o diferendo com as Finanças, motivado por erro do anterior Técnico de Contas e para estudar a nova localização para a futura loja;
 - A “*Ermidense*”, em Ermidas Aldeia, que apresentava muitas dificuldades no funcionamento dos Órgãos Sociais, para encaminhar a Cooperativa para a fusão, por incorporação, na Pluricoop;
- Na zona do **Além Tejo Norte**, reunimos com:
 - A “*Nova Vida do Ciborro*”, para estabelecer o financiamento intercalar, necessário à construção da nova salshicharia e definir o conteúdo do apoio técnico ao início da actividade, em termos da segurança alimentar e do auto-controle;
 - A “*Popular de Consumo*” de Montemor-O-Novo, para promover o projecto de abertura da nova loja na CHE local e concluir o projecto de modernização da loja sede e o seu financiamento;
 - A “*Escouralense*”, no Escoural, com quem estudámos a aquisição do terreno onde sempre funcionou a Loja, perspectivando a modernização deste espaço comercial;
 - A “*Cooperativa Agrícola da Fonte*”, em Casebres, Alcácer do Sal, para reanalisar a possibilidade de remodelar e ampliar o actual espaço comercial, com loja e bar.
- Na zona do **Além Tejo Leste**, reunimos com:
 - A “*Gadanha*”, em Estremoz para acompanhar a remodelação da loja na CHE local e, face aos resultados negativos, à degradação das relações laborais e às dificuldades de funcionamento da Direcção, encontrar as soluções que projectassem a Cooperativa para o futuro;
 - A “*Trabalho e Progresso*” de Arronches, para concluir o projecto de modernização da LOJA COOP, entretanto aprovado pela Edilidade e definir o seu financiamento;
 - A “*Coopobor*”, em Borba, para melhorar a articulação operacional e resolver a dependência financeira relativamente à União, verificada nos últimos anos;
 - A “*Voz do Povo*”, em Santiago Maior para concluir o projecto de modernização da LOJA COOP da Aldeia das Pias, estabelecer as regras de financiamento, acompanhar as obras durante o último trimestre e assistir, no final do ano, à reabertura da LOJA COOP. Foi ainda possível estabelecer com a Junta de Freguesia de Terena o calendário de projecto da futura LOJA COOP;
 - A “*Montriguense*”, em Monte do Trigo, para enquadrar o envolvimento financeiro, *a crédito e a débito*, de alguns Cooperadores, tendo sido encontrada uma solução consensual;
- Na zona do **Algarve**, onde apenas a Coopopfa é Membro da União, acompanhámos a actividade deste importante complexo Cooperativo, com uma moderna LOJA COOP, creche/infantário para 130 crianças, restaurante e diversa actividade cultural e recreativa. No 30º Aniversário, participámos num Seminário realizado no dia Internacional das Cooperativas e numa viagem no Rio Guadiana.

Integrámos as Delegações da Fenacoop que participaram nas seguintes iniciativas:

- Assembleia da República, para reunir com os Grupos Parlamentares;
- Seminário organizado pela Eurocoop, em Bruxelas, sobre “*O Futuro da Governação Cooperativa*”;
- 2º Encontro da Mútua dos Pescadores, em Lisboa, que debateu “*Associativismo e Desenvolvimento*”;
- 7º Encontro da OCPLP – *Organização Cooperativa dos Povos de Língua Oficial Portuguesa*, em Luanda.

A Cooplisboa recebeu Delegações de Cooperativas e de Entidades de Fins não Lucrativos, nomeadamente, na fase de conhecimento mútuo e de preparação do processo de adesão à União, referindo-se as seguintes:

- Cercimor, Santa Casa da Misericórdia e Associação Protectora do Abrigo dos Velhos Trabalhadores, todos de Montemor-O-Novo;
- Factor Agro - Cooperativa de Produção Agrícola de Alpiarça, CRL;
- Santa Casa da Misericórdia de Palmela;
- Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros;

e ainda, a convite da Fenacoop:

- A Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio;
- Uma Delegação da KF, Estocolmo, Suécia, de visita ao nosso país.

Neste exercício a União admitiu cinco novos Membros a seguir indicados:

- ACAS - Associação Comunitária de Assistência Social de Vila Chã de Ourique, Cartaxo;
- CERCIPENICHE - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, CRL, Peniche;
- CERCIMOR - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, CRL, Montemor-O-Novo;
- CRESAÇOR - Cooperativa Regional da Economia Social, CRL, S. Miguel, Açores;
- APIT - Associação de Apoio a Idosos da Freguesia de Terena, IPSS, Alandroal;

Ao promovermos a filosofia Cooperativista, temos uma visão abrangente dos problemas, não contribuindo, com as nossas acções, para agravar as questões sociais e ambientais, razões pelas quais, continuamos a manter em linha as taras em vidro. No que respeita aos resíduos sólidos, cooperamos com as LOJAS COOP, remetendo para a reciclagem os produtos nelas recolhidos e a seguir indicados:

- O Cartão, o Plástico e o Papel, com o peso total de **210.000 Kg**, (-) 22 % que em 2005;
- As Pilhas entregues pelos Consumidores na LOJA COOP, no total de **672 Kg**, (+)199 % que em 2005;

Os resíduos anuais dos PRODUTOS COOP pesaram **73.991 Kg**., registando-se uma redução de (-) 34% relativamente ao ano anterior, uma vez que assistimos à diminuição da sua importância na linha de produtos, em virtude do desenvolvimento das restantes marcas próprias, NATERRA e UP, propriedade da Unimark, CRL, de quem somos Membro. A seguir, indicamos os pesos relativos destes resíduos separados por categoria.

Quadro de resíduos inerentes à produção dos Produtos COOP					
	Vidro	Aço	Alumínio	Plástico	Papel
Peso em Kg	29.143	11.696	94	19.332	13.726

Relativamente aos órgãos de informação de que a Fenacoop é proprietária, assegurámos uma conveniente e interessada relação de intercooperação, relativamente ao:

- **Informar COOP**, editado mensalmente, atingiu 127 números, em 11 anos de publicação ininterrupta. Esta folha informativa, parcialmente custeada pela União, foi entregue aos Trabalhadores e aos Dirigentes, contendo pequenas notícias do quotidiano do GRUPO COOP, introduzindo questões como a formação profissional e da cidadania, alertando para as boas práticas que rentabilizam o negócio, promovendo a redução dos acidentes e reflectindo os Ideais e os Princípios Cooperativos;
- **ECOOP – Revista das Cooperativas de Consumidores**, com uma edição bimestral de 15.000 exemplares, publicou o 20º número, sendo totalmente custeada pela União. Tratou temas da maior importância, de que se destacam: *Poupança de energia; Reciclagem; Alterações climáticas; Publicidade; Actividade bancária (taxas abusivas); Liberalização do sector energético; Práticas comerciais abusivas; Alegações de “saúde” nos rótulos; Dieta, Actividade Física e Saúde (obesidade); Qualidade alimentar; Segurança no trabalho.*

Continuámos a apoiar as iniciativas desportivas e recreativas dos Trabalhadores, suportando a parte mais significativa dos seus custos, com a equipa de Futsal e a participação nas Meias Maratonas das pontes 25 de Abril e Vasco da Gama.

As três iniciativas associativas e culturais de maior significado, continuam a ser efectivamente:

- O CONVÍVIO COOP, que neste exercício concretizou a sua 18ª edição, com a participação de perto de 1.500 pessoas, numa sã camaradagem em torno das actividades desportivas, dos jogos tradicionais, das iguarias gastronómicas, da música e da dança ou, mais singela, mas fortemente afectiva, a conversa de amigos que se voltam a encontrar para, simplesmente, conversar sobre as Cooperativas, os seus projectos e as suas dificuldades;
- O MAGUSTO COOP, que em 2006 teve a sua maior expressão, pela forma como todos os participantes do CTC aderiram à iniciativa, trazendo o que de melhor há nas suas regiões, para que todos, incluindo os Trabalhadores da Plataforma da Salgueirinha, pudessem fazer uma pausa e conviver com os representantes comerciais das Cooperativas que diariamente servem;
- A quadra natalícia, com o jantar de confraternização com todos os Trabalhadores, com a distribuição aos Trabalhadores e Dirigentes, do Cabaz com produtos alimentares alusivos à época e, a culminar, a mega FESTA DE NATAL, num circo, em Lisboa, participada por cerca de 4.000 pessoas, provenientes de 19 Cooperativas Associadas, aproveitando-se o ensejo para distribuir prendas às crianças até aos 12 anos e oferecer um lanchinho a todas.

1.3 Valor Humano

Todo o trabalho é feito pelas pessoas, quer laborem ou dirijam a União, as quais, para se motivarem, precisam de estar enquadradas nas razões de ser da Cooperativa, nos seus Princípios e nos seus Valores.

A Direcção está convicta de que a equipa que labora na Cooplisboa, sente confiança nesta relação laboral, sabendo igualmente que vai muito para além do mero contrato de trabalho e que, por isso mesmo, é muito mais exigente para todos os Trabalhadores.

A Direcção confia em todos os que trabalham na Cooplisboa, mas apela para que exerçam um apertado e persistente autocontrole, que evite o desperdício, iguale as cargas de trabalho e assegure a defesa dos interesses da União, nos precisos termos das competências profissionais em todos delegadas.

A equipa laboral da União apresenta estabilidade, embora apresente um elevado nº de entradas e de saídas. Sendo jovem, tem formação escolar acima da média, é experiente, conforme os dados indicam:

- o grupo etário médio situa-se nos 34,8 anos, tendo 71% dos Trabalhadores menos de 40 anos;
- 52% trabalham na União há menos de 5 anos, 17% entre os 5 e os 10 anos e 31% há mais de 10 anos;
- 33% têm habilitações literárias até ao 9º ano, 27% frequentaram o 3º ciclo, 31% têm o ensino secundário completo e 9% concluíram o ensino politécnico ou superior;
- mais de 76% dos Trabalhadores são efectivos.

Evolução do Quadro de Pessoal										
Ligação à Cooperativa	Número de Trabalhador em 31 de Dezembro									
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Efectivos	27	27	25	43	51	56	58	63	71	71
<i>Efectivos em %</i>	62,8%	51%	42,4%	58,9%	67,1%	71,8%	68,2%	69,2%	76,3%	76,3%
Contratados	16	26	34	30	25	22	27	28	22	22
<i>Contratados em %</i>	37,2%	49%	57,6%	41,1%	33,9%	28,2%	31,8%	30,8%	23,7%	23,7%
Total	43	53	59	73	76	78	85	91	93	93

A Cooplisboa mantém o seu interesse pelas Comunidades, entendendo-se que devem ser suas Associadas a manter as relações mais íntimas com o Movimento Associativo local, procurando cumprir o 7º Princípio Cooperativo através do apoio dado aos jovens na sua formação escolar e profissional.

Estágios Profissionais e de Enquadramento Social			
Escola ou Entidade	Formandos	Duração (dias úteis)	Área de estágio
Ensino regular			
IEFP - Setúbal	1	44	Técnico comercial
IEFP - Setúbal	2	35	Logística e armazenagem
Total	3	114 dias = 912 horas de estágio de ensino regular	

Procurámos intensificar a formação profissional nas áreas consideradas fundamentais ao bom desempenho profissional, mas igualmente na formação cívica dos Trabalhadores da União, tendo aderido ao programa de formação da Fenacoop, recorrendo à formação externa sempre que considerámos oportuno.

Quadro de Formação Profissional				
Designação da natureza e do tipo da acção	Número		Nº de Horas	
	Acções	Formandos	Acção	Total
Formação Interna				
Formação de Dirigentes	1	2	12	24
Acolhimento Novos Trabalhadores	1	3	3	9
Acolhimento a Trabalhadores Efectivos	4	17	4	68
Cidadania, Atendimento e Segurança Alimentar	2	6	32	192
Formação Interna com Formadores Externos				
Inglês	1	3	36	108
Informática para utilizadores	3	9	32	288
Ergonomia, Segurança e Higiene no Trabalho	3	69	4	276
Formação Externa				
Track-It	1	2	8	16
Codificação Avançada	1	2	8	16
Contabilidade Orçamental	1	1	8	8
Actualização de Técnicos de Contas	1	1	16	16
Organização do Ponto de Venda	1	1	32	32
Autocontrolo e Rastreabilidade	1	2	5	10
Gestão do linear	1	3	32	96
HACCP	1	3	8	24
Actualização de Conceitos Macroeconómicos	1	10	8	80
Total	24	134	-	1.263

No âmbito da saúde dos Trabalhadores, concertámos a acção do Serviço de Medicina no Trabalho com a da Formação Profissional, contudo, verificaram-se 9 acidentes, igual ao nº registado no ano anterior, tendo resultado 594 dias de paragens, o que foi superior em 94% ao tempo perdido em 2005. Esperamos que a formação ministrada venha a melhorar, no futuro, estes indicadores.

Exames e Diagnósticos Complementares						
Exames			Análises		Vacinas	
Admissão	Periódicos	Ocasional	Sangue	Urina	Anti-gripal	Anti-tetânica
1	23	13	18	7	-	-

1.4 Económico e Financeiro

Em complemento ao intenso ciclo de reuniões dos Órgãos Sociais, acompanhámos de perto a actividade das Associadas, através de visitas semanais do Coordenador Comercial responsável pela respectiva zona e, sempre que necessário, de Quadros de outras especialidades. Assegurámos ainda o apoio técnico nas Assembleias Gerais realizadas pelas 32 Cooperativas com a contabilidade centralizada na União, reunidas para apreciar e votar o respectivo Plano de Actividade, Relatório da Direcção e as Contas.

A Cooplisboa avalizou a “Voz do Povo”- Cooperativa de Consumo de Santiago Maior, CRL, sediada na Aldeia das Pias, concelho de Alandroal, num empréstimo bancário para financiar as obras da LOJA COOP, ficando como segunda hipotecária do imóvel sede da Cooperativa, o qual é constituído por instalações sociais, padaria com dois fornos tradicionais, instalações de apoio à fabrica de pão e uma moderna LOJA COOP.

Para assegurar um bom serviço às Associadas em termos de compras, de armazenagem e de logística, a União fez trabalhar a sua plataforma logística 133 horas por semana, tendo estado operacional 24 horas por dia, de 2ª a 6ª feira e até às 15 horas de sábado, podendo esta actividade ser resumida no quadro seguinte.

Quadro de actividade da plataforma logística								
Variáveis de logística	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2006/2005
Viatura c/ equipamento de frio	10	11	11	13	13	14	14	0 %
Quilómetros percorridos	595.077	703.817	827.780	1.020.657	1.170.354	1.298.256	1.328.456	(+) 2,3 %
Nº de paletes expedidas	55.995	66.428	73.682	83.612	90.708	87.698	88.589	(+) 9,2 %
Nº de “combis” expedidos	8.112	7.748	7.231	7.356	6.842	6.401	6.075	(-) 5,1 %
Área total do armazém (m²)	3.500	7.000	7.000	7.000	7.000	7.000	7.000	0 %

Podemos verificar que a União melhorou a rentabilidade dos meios de transporte, trabalhou um nº mais elevado de referências, serviu mais clientes e manteve a mesma área de armazenagem.

Por outro lado, a Cooplisboa continuou a prestar um alargado serviço às suas Associadas, que destacamos:

- Projectar e estudar arquitecturas interiores e a implantação de novas LOJAS COOP, escolher materiais e equipamentos, planear as obras, acompanhar a fase de construção e os testes e conferir os documentos;
- Definir, enquadrar e acompanhar a execução dos projectos de especialidade e reunir, em nome das Associadas, com Técnicos e Câmaras Municipais;
- Conceber soluções informáticas, escolher equipamentos e programas, acompanhar a sua instalação e garantir a gestão funcional corrente;
- Processar salários e, cada vez mais, gerir técnica e administrativamente os Recursos Humanos;
- Executar a contabilidade, proceder aos registos legais e garantir o correcto arquivamento documental, registando-se a adesão aos serviços centralizados de “A Castrense” e “A Ermidense”;
- Executar e enviar a cartelistica adequada à dinâmica comercial dos pontos de venda;
- Executar e enviar etiquetas, de 2ª a 6ª feira, ao ritmo das alterações na linha de produtos: entrada/saída, novos códigos, novos formatos;
- Definir regras manuais de utilização de utensílios e de produtos adequados a garantir a segurança alimentar e o auto controle, assuntos genericamente conhecidos pela abreviatura HACCP;
- Acompanhar semanalmente a actividade comercial das LOJAS COOP, envolvendo os quadros da União na resolução quotidiana dos assuntos correntes de cada Associada.

Sendo a Cooplisboa uma União de Cooperativas e de Entidades de Fins não Lucrativos, os serviços prestados são essencialmente aproveitados pelas Cooperativas de Consumo, sendo parcialmente debitados aos que deles beneficiam. Assim, consideramos que a análise do assunto é oportuna e a tomada de decisão uma oportunidade para equilibrar os custos da União e todos partilharem, equitativamente, custos e proveitos.

Durante o exercício de 2006 mantiveram-se as condições adversas que têm caracterizado os últimos anos do comércio a retalho, onde, a par das dificuldades económicas, financeiras e sociais a que estão sujeitas as famílias portuguesas, assistimos ao aumento da oferta e à abertura, sem regra nem sentido, de novas superfícies comerciais, afectando, inevitavelmente, a actividade da GRUPO COOP.

Por outro lado, registaram-se profundas alterações nos contratos firmados entre a UNIMARK, CRL e os Fornecedores, que passaram a incluir na factura a maioria dos descontos negociados, em detrimento da Prestação de Serviços e de outras rubricas, reduzindo assim o preço unitário da compra e, no mesmo sentido, o volume de negócios.

De referir que as Cooperativas Associadas mantiveram o seu ritmo de investimento, em parte financiado pela União, situação que consideramos pontual, pois já aconteceu em anos anteriores, registando-se, ainda, a redução do Endividamento Bancário e a libertação de ónus ou de encargos sobre o imóvel da Salgueirinha.

De igual modo as Marcas Próprias, de preço unitário mais reduzido, passaram a representar 11% das Vendas da União, procurando-se responder às exigências do mercado e, desta forma, dar satisfação às necessidades sentidas pelas Cooperativas e pelas Entidades Associadas.

Neste quadro e pelas razões referidas ao longo deste Relatório, registamos:

- Do lado dos *Custos Globais* um decréscimo de (-) 0,59%, embora contrariado pelo aumento de (+)19,48% dos *Custos Fixos*, em resultado do aumento dos combustíveis, acompanhado de um aumento dos *Custos Financeiros* e também de um ligeiro aumento de (+)1,04% dos *Custos com Pessoal*;
- Do lado dos *Proveitos Globais* a evolução foi igualmente negativa de (-)1,66%, embora as Vendas tenham crescido (+)1,46%, enquanto o volume de negócios quebrou (-)1,82%, devido à acentuada redução das *Prestações de Serviços* em (-)83,12%, confirmando a tendência de anos anteriores.

Assim, o crescimento da Margem Bruta, resultante da evolução da Margem Comercial em mais de 81%, não foi suficiente para equilibrar a quebra ocorrida nas Prestações de Serviços. Neste quadro comercial, sabendo-se que os Clientes da União são as suas próprias Associadas, então, os prejuízos verificados foram aproveitados pelo próprio GRUPO.

1.4.1 Investimentos

Foi reduzido o volume de investimento realizado pela Cooplisboa, em virtude do terreno, cedido pela Câmara Municipal de Palmela em direito de superfície, continuar com o ónus da REN, impedindo a União de concluir o seu projecto inicial, previamente acordado com aquela Edilidade.

A razão de ser desta REN é paradoxal, justificando-se a sua necessidade com a boa infiltração do terreno arenoso, contudo, o lençol frático está a um metro de profundidade e o terreno, na parte final da bacia hidrográfica.

Defendendo nós a protecção da natureza, não percebemos as razões e os motivos que permitem novas plataformas logísticas e outros grandes edifícios no Passil, em Sarilhos e no Poceirão, todos perto da Salgueirinha, enquanto que, neste local, se mantém a limitação.

Quadro de investimento da Cooplisboa	
Designação da rubrica, obra e local	Valor em Euros
Edifícios	
Edifício da Salgueirinha – isolamento térmico	29.000,00
Jardins – plantação de 10 pinheiros mansos	1.551,61
Equipamento básico	
Equipamento informático diverso: Servidor do Armazém e PC Industrial da CPF-Peixe	30.715,16
Motoredutor da câmara de gelo	3.356,00
Instalação eléctrica	1.597,30
Carros de carga; Portas; Armários; Mesas; Cadeiras	22.484,79
Equipamento administrativo	
Equipamento informático – CPU Qualidade	970,00
Programas informáticos e licenças	43.878,75
Total	133.553,61

No ano de 2006, a Cooplisboa desenvolveu vários projectos para as suas Associadas que, sendo comuns a todas elas, têm por objectivo garantir a igualdade na estrutura operacional, independentemente da dimensão da Cooperativa, assegurar a evolução técnica, facilitar as comunicações no interior do GRUPO COOP e reduzir a estrutura global de custos, de que se destacam os seguintes:

- Negociar e mudar a Rede Móvel, com 266 aparelhos, para um novo operador. **Nota:** *O Operador da Rede Móvel anterior, recusava fazer a factura mensal directamente aos clientes de menor dimensão, razão pela qual, a União assumiu esses custos, que, posteriormente, transferiu para os respectivos Membros;*
- Desenvolver, instalar e afinar a 2ª Fase da REDE PRIVADA COOP e preparar a 3ª fase, que permite a todos utilizar diferentes tipos de comunicação: *Voz; Fax; Dados; Multibanco; Visa.* **Nota:** *Os custos desta rede privada foram debitados à Cooplisboa, que, posteriormente os fez reflectir nas Associadas;*
- Instalar uma Central Telefónica na Terroa, (da *Pluricoop*) e outra na Salgueirinha a trabalhar em regime de complementaridade permanente, visando garantir as comunicações, definir o peso de utilização de cada extensão e facilitar a rápida atribuição do custo a debitar;
- Definir os contornos da utilização futura do CARTÃO COOP, permitida pela rede privada de comunicações, para as valências associativa e comercial, prevendo que poderá ser utilizado por mais de 40 Cooperativas, o que obriga, para o caso da valência comercial, a prever formas de compensação para os valores produzidos numa LOJAS COOP ou Cooperativa e apresentados noutras para desconto;
- Especificar as definições do programa de gestão comercial, aproveitando as capacidades dos novos equipamentos POS, cuja instalação admitimos concluir, em todas as LOJAS COOP, durante 2007;
- Ampliar e licenciar os vários programas informáticos em uso no GRUPO COOP;
- Organizar o processo de candidaturas “*Entigere – Megarede*”, que permitirá prestar serviços suportados nas novas tecnologias, a não utilizadores de novas tecnologias;
- Alterar e normalizar o tratamento de: Taras; Departamentos; Software dos POS's do GRUPO COOP.

A Cooplisboa envolveu-se ainda em projectos específicos das suas Associadas, destacando-se os seguintes:

- Apoio financeiro à “*Nova Vida do Ciborro*” que construiu e inaugurou a nova salshicharia;
- Apoio técnico à “*Gadanha*”, Estremoz, na remodelação da sua pequena Loja, localizada no Bº da CHE;
- Apoio técnico à “*Proletário Alentejano*”, Beja, na realocação e substituição da Casa de Máquinas, remodelação parcial do talho e da charcutaria, construção de instalações para Trabalhadores, tendo criado condições para uma futura sala de reunião/formação;
- Apoio técnico à “*Voz do Povo*”, na Aldeia das Pias, na elaboração de projectos, na escolha de empreiteiros e acompanhamento das obras de modernização da LOJA COOP que reabriu aos Consumidores no final do ano;

- Apoio técnico à “*Trabalho e Progresso*” de Arronches na elaboração dos projectos que foram aprovados no decurso deste exercício;
- Apoio técnico e financeiro à “*Operária de Consumo e Produção de Ramalde*”, no Porto, na realocização e remodelação integral da LOJA COOP que reabriu aos Consumidores, em Fevereiro de 2006;
- Apoio técnico à “*Popular de Consumo*” de Montemor-O-Novo, no projecto da loja que fez abrir em cooperação com a CHE local e no projecto de remodelação integral da futura LOJA COOP, sita na sede;
- Cooperação com a Pluricoop em diferentes projectos e locais, nomeadamente na remodelação integral da LOJA COOP do Zambujal – Loures; na concepção e remodelação integral do Auditório no Pragal; na concepção e remodelação do espaço social da Delegação Local do Lavradio; na conclusão do Posto Médico da Piedense, na Cova da Piedade.

1.5 Cooperação e Intercooperação

A **Cooperação** é uma atitude natural entre todos os seres vivos, utilizada em todas as circunstâncias da vida, mesmo que os seus utentes e beneficiários a não equacionem como tal.

A **Intercooperação** é uma forma particular de Cooperação, pois, desenvolve-se entre Cooperativas, sendo por isso considerada como Princípio Cooperativo, universalmente aceite e que, face à sua importância, se recorda:

“as Cooperativas servem os seus membros mais eficazmente e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais”.

Por estas razões, optámos por pormenorizar o Relatório, como forma de informar todos os Membros das actividades desenvolvidas pela União, mas também para:

- Revelar a diversidade das actividades dos Membros, onde se integram Cooperativas de Consumo e Agrícolas, Cercis’s e de Construção Económica, Associações de Apoio a Crianças e Idosos, Santas Casas da Misericórdia, Clubes e Colectividades;
- Registrar a diversidade dos assuntos e a polivalência técnica exigida à equipa da União, para responder às múltiplas solicitações para que é chamada ao longo do exercício;
- Reforçar a ideia de GRUPO COOP e o seu posicionamento ético na economia.

Os projectos que temos desenvolvido têm tido uma matriz comum, pois resultam:

- De uma visão conjunta do projecto, aliada à convicção da sua utilidade para as Cooperativas e outras Entidades de Fins não Lucrativos;
- Da observação das necessidades dos Consumidores e das soluções que temos para disponibilizar;
- Da avaliação das necessidades, ponderadas com as capacidades técnicas da União e com as disponibilidades financeiras de quem promove o projecto.

Ao investirmos nas modernizações comercial e logística e ao alinharmos a estratégia de desenvolvimento com Cooperativas de diversos Ramos e Entidades de Fins não Lucrativos, estamos convictos de que reunimos condições para enfrentar o mercado e servir os Cooperadores com qualidade, variedade, preço justo e perto das suas residências, sendo contudo necessário concentrar meios e capacidades, otimizar circuitos e decidir com lógica Cooperativista, valorizando os que dirigem, laboram e utilizam as Cooperativas e as Entidades.

Assim, a Cooplisboa pautou a sua acção em torno de Valores e Princípios, ponderando, igualmente, as questões económicas e financeiras de cada projecto para, face aos poucos meios disponíveis na União e nas Associadas, ser forçada a atribuir prioridades e ritmos de trabalho aos diferentes projectos, o que por vezes, não foi bem entendidos pelos preteridos.

O reconhecimento desta situação e a necessidade de otimizar os recursos, deverá preocupar todos os que se dedicam a este projecto Cooperativo, de modo a que sintam a necessidade e a livre vontade de planear, abrangentemente, os projectos desenvolvidos pelo GRUPO COOP e as suas diferentes fases.

1.6 Conclusões

A COOPLISBOA mantém uma imagem de confiança junto dos vários parceiros económicos com que se relaciona, nomeadamente Fornecedores, Instituições Financeiras e Estado, pelo reconhecimento que lhe é atribuído enquanto entidade que assume um comportamento responsável e eticamente irrepreensível, sendo de referir que, não existem dívidas ao Sector Público Estatal em situação de mora.

O exercício de 2006 deve ser considerado atípico, pois esteve sujeito a um conjunto simultâneo de importantes transições, de que se destaca:

- A alteração na gama de produtos, com as marcas próprias a assumir maior relevo e com um preço de compra mais baixo, quando comparado com as marcas do fabricante para a mesma qualidade;
- As profundas alterações verificadas em muitos contratos estabelecidos entre a UNIMARK, CRL e os Fornecedores, que passaram a incluir na factura o preço “*net*” do produto, eliminando praticamente os créditos posteriores;
- A continuada transformação do comércio a retalho, onde cresce permanentemente a oferta, mantendo-se a população consumidora, provocando uma ligeira redução no volume de vendas das LOJAS COOP, em particular, das que estão localizadas nos centros urbanos mais populosos.

Na presença das alterações referidas, a Cooplisboa manteve as transferências para as Cooperativas e Entidades, através do desconto financeiro para pagamentos a 15 ou a 30 dias, assegurando, de igual modo, o pagamento do “*rappel*” trimestral, atribuído sobre a totalidade das compras à União, incluindo produtos frescos, os quais, já representam mais de 30% do seu volume de negócios.

O atrás referido, conjugado com os investimentos realizados por algumas Cooperativas, sem que tivessem concretizado, atempadamente, o respectivo empréstimo, conduziu à dilatação dos prazos de pagamento à União, contribuindo para os Resultados Financeiros obtidos, os quais, ficaram aquém do esperado.

Valorizamos o facto das Cooperativas e Entidades de Fins não Lucrativos terem continuado a apostar no trabalho no GRUPO COOP pois, é por esta via que modernizam as suas instalações, adquirem produtos a preços competitivos, dispõem de soluções técnicas evoluídas e de dados de gestão adequados à actividade.

Os processos de reorganização são normalmente mais morosos do que prevemos, tendo surgindo dificuldades imprevistas que foi preciso ultrapassar, recorrendo à firmeza das opções mas, simultaneamente, à tolerância que caracteriza as Cooperativas e assim, continuámos a implementar a Estrutura Operacional, que se espera venha a responder, no futuro, a todas as exigências técnicas e de gestão do GRUPO COOP.

O esforço que desenvolvemos para instalar a Rede Privada de Comunicações fez subir, pontualmente, os custos de estrutura da União, mas criou, em contrapartida, um importante meio de comunicação e de gestão, do qual admitimos vir a tirar bons resultados nos exercícios vindouros.

Contudo, existe um factor externo fortemente condicionador do desenvolvimento do nosso projecto Cooperativo, pois, motivos burocráticos impedem a ampliação da nossa plataforma logística e, por esta via, a entrada em linha dos produtos congelados e carnes, situação incompreensível e injusta, quando empresas privadas constroem as suas grandes plataformas logísticas em redor da Salgueirinha.

Ao concluir este Relatório de Actividades, apelamos às Direcções das Cooperativas e das Entidades Associadas, para que continuem a ajudar a consolidar este projecto Cooperativo, desenvolvendo acções que aumentem a sua coesão interna, atitude possível se agirem em conformidade com o Código Cooperativo e com os Estatutos

A Direcção, quer ainda expressar o seu agradecimento:

- Aos Fornecedores de Produtos e de Serviços;
- Às Entidades Financiadoras e Bancos;
- À Administração Central, Regional e Local e, em particular, à Câmara Municipal de Palmela;
- Aos restantes Parceiros Económicos e, em particular, à UNIMARK, CRL;

- Ao Revisor Oficial de Contas que analisa e certifica a qualidade das Contas;
- Às Cooperativas e Entidades Associadas e demais Cooperativas com quem nos relacionámos;
- Aos restantes Membros dos Órgãos Sociais e aos participantes do Conselho Técnico Comercial, os quais, com a sua presença, opiniões e estímulos, contribuíram para afirmar os Valores Cooperativistas, aumentar a nossa organização empresarial e associativa e dar coesão ao GRUPO COOP.

Aos Trabalhadores, pois apesar do resultado negativo do exercício, é justo reconhecer o esforço realizado, a competência demonstrada, a vontade de servir com equidade todas as Associadas, a dedicação assumida nas suas tarefas para gerar riqueza e dar estabilidade ao seu próprio posto de trabalho, pelo que, todos são merecedores de sinceros agradecimentos.

Pinhal Novo, 21 de Julho de 2007

A Direcção



COOPLISBOA – União de Cooperativas de Consumo, UCRL

2.5 - ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EXERCÍCIO DE 2006

Nota: Omitem-se os números onde não existe nada a declarar.

1 - CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

- Mercadorias - Custo de Aquisição.
- Amortizações - Método das Quotas Constantes (Decreto Regulamentar 2/90).
- Investimentos financeiros - Custo de Aquisição.

7 - NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA

- Empregados – 96

10 - MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS CONTAS DO ACTIVO IMOBILIZADO

ACTIVO BRUTO (euros)

Imobilizações Incorpóreas	Saldo Inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo Final
Despesas de instalação	62.052,84	0,00	0,00	62.052,84
Trespases	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de inv. e desenv.	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	62.052,84	0,00	0,00	62.052,84

Imobilizações Corpóreas	Saldo Inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2.079.147,82	30.551,61	0,00	2.109.699,43
Equipamento básico	1.587.319,53	58.153,25	0,00	1.645.472,78
Equipamento de transporte	114.121,36	0,00	0,00	114.121,36
Ferramentas e utensílios	12.206,46	0,00	0,00	12.206,46
Equipamento administrativo	305.105,47	44.848,75	0,00	349.954,22
Taras e vasilhame	7.139,68	0,00	0,00	7.139,68
Outras imobilizações Corpóreas	11.089,56	0,00	0,00	11.089,56
Adiantamento p/ imob. Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4.116.129,88	133.553,61	0,00	4.249.683,49

Investimentos Financeiros	Saldo Inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo Final
Partes de capital	204.234,69	175,00	0,00	204.409,69
Empréstimos a Empresas do Grupo	55.704,91	25,00	0,00	55.729,91
Total	259.939,60	200,00	0,00	260.139,60

AMORTIZAÇÕES (euros)				
Imobilizações Incorpóreas	Saldo Inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo Final
Despesas de instalação	61.094,45	2.344,57	-1.386,18	62.052,84
Trespases	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de inv. e desenv.	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	61.094,45	2.344,57	-1.386,18	62.052,84

Imobilizações Corpóreas	Saldo Inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e out. construções	338.206,89	44.686,65	0,00	382.893,54
Equipamento básico	1.053.856,75	131.506,80	0,00	1.185.363,55
Equipamento de transporte	75.152,88	13.303,54	0,00	88.456,42
Ferramentas e utensílios	10.658,96	1.547,50	0,00	12.206,46
Equipamento administrativo	240.327,78	53.030,76	0,00	293.358,54
Taras e vasilhame	1.784,32	1.784,92	0,00	3.569,24
Outras imob. Corpóreas	3.995,31	1.386,19	1.386,19	6.767,69
Adiant.p/ imob. Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.723.982,89	247.246,36	1,386,19	1.972.615,44

14 - IMOBILIZAÇÕES IMPLANTADAS EM PROPRIEDADE ALHEIA

- Plataforma Logística da Salgueirinha - Construído em terreno cedido em direito de superfície pela Câmara Municipal de PALMELA, em 1990 pelo prazo de 70 anos = **2.109.699,43 euros.**

21 - DESDOBRAMENTO DA CONTA AJUSTAMENTOS DE DIVIDAS A RECEBER (euros)

	Saldo Inicial	Redução	Saldo Final
Dividas de clientes	25.275,62	0,00	25.275,62

23 - VALOR GLOBAL DAS DIVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

- Clientes 25.275,62 euros.

25 - DIVIDAS DO PESSOAL

- Adiantamentos 6.787,43 euros.

28 – NA CONTA ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

- Não existem dividas em situação de mora.

32 – RESPONSABILIDADES

- **Por garantias prestadas**
 - Avals prestados no âmbito do PROCOM a associadas 138.221,89 euros.
 - Aval prestado para empréstimo á “VOZ DO POVO” - Cooperativa de Consumo de Santiago Maior, CRL 190.000,00 euros.
- **Por letras descontadas**
 - Aceites de clientes 5.101.816,02 euros.

35 - CAPITAL SOCIAL

- **Aumento no Exercício** 1.119.539,16 euros.
 - Realizado com a entrada de numerário 185.016,53 euros.
 - Transferência de Prestações Suplementares 934.522,63 euros.
- **Capital Subscrito e não Realizado** 871,77 euros.

37 - PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO EM MAIS DE 20%

- PLURICOOP – Cooperativa de Consumo, CRL 61,1 %.

40 - MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS CONTAS DE CAPITAIS PRÓPRIOS POR APLICAÇÃO DE RESULTADOS

- Reserva Legal + 69.295,76 euros.
- Reservas Estatutárias + 5.000,00 euros.

41 - DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

CUSTO DAS VENDAS (euros)		
Movimentos	Mercadorias	Matérias Primas
Existência inicial	3.030.815,66	0,00
Compras	34.271.042,73	0,00
Regularizações	0,00	0,00
Existência final	-3.464.500,00	0,00
Total	33.837.358,39	0,00

45 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS (euros)		
Custos e Perdas	2006	2005
Juros suportados	388.482,07	239.496,37
Descontos de pp concedidos	558.768,30	549.677,40
Perdas na alienação apl tesour	0,00	0,00
Outros custos e perdas fin	2.343,51	3.893,18
Resultados financeiros	-129.709,78	55.926,93
Total	819.884,10	848.993,88

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS (euros) - Cont.

Proveitos e Ganhos	2006	2005
Juros obtidos	42,73	196,79
Rendimentos de imóveis	0,00	0,00
Descontos de p.p. obtidos	819.841,37	848.797,09
Ganhos na alienação aplicaç. tesouraria	0,00	0,00
Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
Total	819.884,10	848.993,88

46 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e perdas	2006	2005
Donativos	0,00	1.000,00
Dividas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em existências	0,00	0,00
Perdas em imobilizações	0,00	0,00
Multas e penalidades	278,54	1.074,40
Aumentos de amortizações e provisões	2.344,57	0,00
Correcções relativas a exerc. anteriores	3.452,50	0,00
Outros custos e perdas extraordinárias	0,00	23,33
Resultados extraordinários	24.784,09	-1.492,40
Total	30.859,70	605,33

Proveitos e Ganhos	2006	2005
Restituição de impostos	0,00	0,00
Recuperação de dividas	0,00	0,00
Ganhos em existências	0,00	0,00
Ganhos em imobilizações	0,00	20,00
Benefícios pen. contratuais	682,19	585,33
Redução de amortizações e provisões	0,00	0,00
Correcções relativas a exerc. anteriores	16.563,57	0,00
Outros prov. e ganhos extraordinários	13.613,94	0,00
Total	30.859,70	605,33

A Técnica de Contas

O Departamento
Administrativo e Financeiro

A Direcção



3 Proposta de Aplicação de Resultados

A COOPLISBOA – União de Cooperativas de Consumo, CRL, pela primeira vez desde a sua constituição em 1985, apresentou resultados negativos, contudo, deveremos recordar que ao devolver durante o exercício aos seus Membros, o valor correspondente a um por cento das compras efectuadas à plataforma logística, acrescido, eventualmente, de um e meio por cento para pagamento de facturas a quinze dias ou, de um por cento para pagamento de facturas a trinta dias, permitiu que os Membros, (*Cooperativas e Entidades de Fins Não Lucrativos*), aproveitassem valores muito superiores ao Resultado Líquido Negativo de **(-) 342.536,94 euros (trezentos e quarenta e dois mil, quinhentos e trinta e seis euros e noventa e quatro cêntimos)**, razão pela qual, a Direcção, atenta à missão que lhe está confiada e conforme previsto no artigo 22º dos Estatutos, propõe à Assembleia Geral, reunida em sessão Ordinária, na Salgueirinha, Pinhal Novo, no dia 4 de Agosto de 2007, que o Resultado Negativo acima referido, seja aplicado na conta de Resultados Transitados.

Pinhal Novo, 21 de Julho de 2007

A DIRECÇÃO



PROPOSTA

Ratificação da Admissão de Novos Membros

2º semestre de 2006

e

1º semestre de 2007

A **COOPLISBOA** – União de Cooperativas de Consumo, CRL, ao alterar os seus Estatutos em 2000, criou condições de adesão a Cooperativas de todos os Ramos e a Entidades de Fins Não Lucrativos, dando um contributo importante para a coesão e dinamização do Sector Cooperativo e Social, consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Entendeu então a **COOPLISBOA** que, o desenvolvimento deste importante Sector, indispensável ao bem estar de milhares de portugueses, passa por cada uma das Cooperativas e Entidades, actuar na área específica das suas competências, exercitando a Cooperação e estabelecendo parcerias adequadas, em todos os restantes aspectos Empresariais da sua actividade.

A **COOPLISBOA**, está especializada em logística, tornando possível aos seus Membros:

- Rentabilizar os parques meios de que dispõem;
- Aumentar a dimensão empresarial e a capacidade negocial do GRUPO COOP;
- Desenvolver em cada parceiro, capacidade técnica e administrativa;
- Reduzir os custos fixos, ou de estrutura e, melhorar as condições financeiras;
- Adquirir peso político suficientemente forte, para poder vir a influenciar as decisões de Governantes.

A Direcção da **COOPLISBOA**, ao dar visibilidade pública à admissão de novos Membros, pretende dar ênfase e afirmar o Sector Cooperativo e Social, pelo que propõe, à Assembleia Geral, reunida em sessão Ordinária, na Salgueirinha, Pinhal Novo, no dia 4 de Agosto de 2007, que ratifique as seis (6) novas admissões, ocorridas no período em referência:

1. CERCIMOR – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Montemor-O-Novo, CRL;
2. CRESAÇOR – Cooperativa Regional da Economia Social, CRL, no concelho de S. Miguel, Açores;
3. APIT – Associação de Protecção aos Idosos da Freguesia de Terena, no concelho do Alandroal;
4. SCMP – Santa Casa da Misericórdia de Palmela;
5. Instituto dos Ferroviários, IPSS, Lar de Jovens, no concelho de Barreiro;
6. KALPA – Comunicação e Cultura, CRL, no concelho de Almada.

Pinhal Novo, 21 de Julho de 2007

A DIRECÇÃO

2.1 – BALANÇO em 31.12.2006, da COOPLISBOA – União de Cooperativas de Consumo, UCRL

Euros

ACTIVO	EXERCÍCIOS				CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
	2006		2005			2006	2005
	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS	ACTIVO LIQUIDO	ACTIVO LIQUIDO			
Imobilizado					Capital Próprio		
Imobilizações Incorpóreas					Capital	3.274.259,07	2.154.719,91
Despesas Instalação	62.052,84	62.052,84		958,39	Prest. suplementares	0,00	934.522,63
Trespases	0,00	0,00	0,00	0,00	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	62.052,84	62.052,84	0,00	958,39	Reservas		
Imobilizações Corpóreas					Reservas Legais	379.779,59	310.483,83
Terrenos e Rec. Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	Reservas Estatutárias	1.456.868,95	1.451.868,95
Edifícios e Out. Construções	2.109.699,43	382.893,54	1.726.805,89	1.740.940,93	Outras reservas	0,00	0,00
Equipamento Básico	1.645.472,78	1.185.363,55	460.109,23	533.462,78	Resultados transitados	0,00	0,00
Equipamento Transporte	114.121,36	88.456,42	25.664,94	38.968,48	Resultado Líquido Exercício	-342.536,94	74.295,76
Ferramentas e Utensílios	12.206,46	12.206,46	0,00	1.547,50	Total do Capital Próprio	4.768.370,67	4.925.891,08
Equipamento Administrativo	349.954,22	293.358,54	56.595,68	64.777,69	Passivo		
Taras e Vasilhame	7.139,68	3.569,24	3.570,44	5.355,36	Provi. p/ Riscos e Encargos		
Outras Imobil. Corpóreas	11.089,56	6.767,69	4.321,87	7.094,25	Provi. p/ Impostos	0,00	0,00
Imobilizações em Curso	0,00		0,00	0,00	Out. Provi. P/ Riscos e Encargos	0,00	0,00
Adiant. por Conta Imobiliz. Corpór.	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
	4.249.683,49	1.972.615,44	2.277.068,05	2.392.146,99	Dívidas a Terceiros - Longo Prazo		
Investimentos Financeiros					Dividas a Instituições de Crédito	0,00	146.783,50
Partes de Capital	204.409,69		204.409,69	204.234,69	Empréstimos de Sócios	0,00	0,00
Empréstimos a Emp. do Grupo	55.729,91		55.729,91	55.704,91	Outros Empréstimos Obtidos	25.000,00	25.000,00
	260.139,60		260.139,60	259.939,60	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo		
Circulante					Dividas a Instituições de Crédito	655.056,62	680.056,62
Existências					Fornecedores C/C	8.306.913,90	6.846.275,02
Matérias Primas	0,00		0,00	0,00	Fornecedores Fact. Rec. e Conf	0,00	0,00
Mercadorias	3.464.500,00	0,00	3.464.500,00	3.030.815,66	Forn. Títulos a Pagar	0,00	0,00
	3.464.500,00	0,00	3.464.500,00	3.030.815,66	Forn. Imobiliz. Títulos a Pagar	57.328,29	0,00
Dívidas de Terc. Curto Prazo					Outros Accionistas	0,00	0,00
Clientes C/C	7.677.915,87		7.677.915,87	6.558.256,42	Fornecedores de Imobiliz. C/C	35.508,94	66.581,26
Clientes Tit. a receber	0,00		0,00	105.190,33	Outros Empréstimos Obtidos	0,00	0,00
Clientes Tit. Cob. Duvidosa	25.275,62	25.275,62	0,00	0,00	Estado e Outros Entes Públicos	73.347,25	124.203,89
Estado e O. E. Públicos	57.182,70		57.182,70	19.542,60	Outros Credores	141.063,86	37.068,93
Outros Devedores	122.763,46		122.763,46	7.088,18		9.269.218,86	7.754.185,72
Subscritores de Capital	871,77		871,77	1.101,70	Acréscimos e Diferimentos		
	7.884.009,42	25.275,62	7.858.733,80	6.691.179,23	Acréscimos de Custos	227.483,66	427.597,41
Títulos negociáveis					Proveitos Diferidos	23.689,33	37.303,27
Outros Tit. Negociáveis	0,00		0,00	0,00		251.172,99	464.900,68
Outras Aplicações de Tesouraria	0,00		0,00	0,00	Total do Passivo	9.545.391,85	8.390.869,90
	0,00	0,00	0,00	0,00			
Depósitos Bancários e Caixa							
Depósitos Bancários	61.439,31		61.439,31	58.202,46			
Caixa	998,80		998,80	998,80			
	62.438,11		62.438,11	59.201,26			
Acréscimos e Diferimentos							
Acréscimos de Proveitos	389.767,67		389.767,67	871.682,46			
Custos diferidos	1.115,29		1.115,29	10.837,39			
	390.882,96		390.882,96	882.519,85			
Total Amortizações		2.034.668,28					
Total de Ajustamentos		25.275,62					
Total do Activo	16.373.706,42	2.059.943,90	14.313.762,52	13.316.760,98	Total do Capital Próprio e Passivo	14.313.762,52	13.316.760,98

A Técnica de Contas

O Departamento
Administrativo e Financeiro

A Direcção

2.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – Exercício de 2006, da COOPLISBOA, UCRL

Euros

CUSTOS E PERDAS		Exercícios		
		2006		2005
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATERIAS CONSUMIDAS				
MERCADORIAS		33.837.358,39		34.606.770,46
MATÉRIAS		0,00	33.837.358,39	0,00
				34.606.770,46
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS			2.052.530,80	1.717.841,51
CUSTOS COM O PESSOAL				
REMUNERAÇÕES		1.222.645,28		1.213.626,34
ENCARGOS SOCIAIS:				
OUTROS		211.721,61	1.434.366,89	206.041,78
				1.419.668,12
AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS			247.246,36	228.085,02
IMPOSTOS		637,65		15.233,08
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS		25.594,30	26.231,95	400,00
(A)			37.597.734,39	37.987.998,19
JUROS E CUSTOS SIMILARES RELATIVOS A EMPRESAS DO GRUPO				
OUTROS		949.593,88	949.593,88	793.066,95
(C)			38.547.328,27	38.781.065,14
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIAS			6.075,61	2.097,73
(E)			38.553.403,88	38.783.162,87
IMPOSTO S/ REND. DO EXERCICIO				
(G)			38.553.403,88	38.783.162,87
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO			-342.536,94	74.295,76
			38.210.866,94	38.857.458,63
PROVEITOS E GANHOS				
VENDAS				
MERCADORIAS		36.827.525,04		36.296.352,44
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		247.848,25	37.075.373,29	1.467.937,19
				37.764.289,63
PROVEITOS SUPLEMENTARES				
SUBSIDIOS A EXPLORACAO		27.092,60		25.275,96
OUTROS PROV. E GANHOS OPERACIONAIS		0,00	284.749,85	0,00
(B)		257.657,25	37.360.123,14	218.293,83
				243.569,79
REND. DE TIT. NEGOCIÁVEIS E O. APL. FINAN.				
OUTROS				
OUTROS JUROS E PROVEITOS SIMILARES				
OUTROS		819.884,10	819.884,10	848.993,88
(D)			38.180.007,24	38.856.853,30
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINARIOS			30.859,70	605,33
(F)			38.210.866,94	38.857.458,63
RESUMO	RESULTADOS OPERACIONAIS	(B) - (A) =	-237.611,25	19.861,23
	RESULTADOS FINANCEIROS	(D-B) - (C-A) =	-129.709,78	55.926,93
	RESULTADOS CORRENTES	(D) - (C) =	-367.321,03	75.788,16
	RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	(F-D) - (E-C) =	24.784,09	-1.492,40
	RESULTADOS ANTES DE IMPOSTO	(F) - (E) =	-342.536,94	74.295,76
	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	(F) - (G) =	-342.536,94	74.295,76

A Técnica de Contas

O Departamento
Administrativo e Financeiro

A Direcção

2.3 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES - Exercício de 2006
 COOPLISBOA – União de Cooperativas de Consumo, UCRL

Euros

	Exercícios	
	2006	2005
Vendas e prestações de serviços	37.075.373,29	37.764.289,63
Custo das vendas e das prestações de serviços	-33.837.358,39	34.606.770,46
Resultados Brutos	3.238.014,90	3.157.519,17
Outros proveitos e ganhos operacionais	284.749,85	243.569,79
Custos de distribuição	-1.137.581,00	-1.129.980,00
Custos administrativos	-1.461.384,00	-1.145.810,00
Outros custos e perdas operacionais	-1.161.411,00	-810.034,43
Resultados Operacionais	-237.611,25	315.264,53
Custo líquido do financiamento	-129.709,78	239.496,37
Ganhos (perdas) em filiais e associadas		
Ganhos (perdas) em outros investimentos	0,00	20,00
Resultados Correntes	-367.321,03	75.788,16
Imposto sobre os resultados correntes		
Resultados Correntes Após Impostos	-367.321,03	75.788,16
Resultados Extraordinários	24.784,09	-1.492,40
Imposto sobre os resultados extraordinários		
Resultados Líquidos	-342.536,94	74.295,76
Resultados por acção (quota)	-3.142,54	714,38

A Técnica de Contas

O Departamento
 Administrativo e Financeiro

A Direcção

2.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – Exercício de 2006

COOPLISBOA – União de Cooperativas de Consumo, UCRL

Euros

	2006		2005	
Actividades Operacionais:				
Actividades Operacionais:				
Recebimentos de clientes	41.067.268,33		42.413.111,31	
Pagamentos a fornecedores	39.051.077,60		40.524.646,66	
Pagamentos ao pessoal	1.434.366,89		1.419.668,12	
	581.823,84		468.796,53	
Pag. / Rec. do imposto sobre o rendimento				
Outros pag. / rec. relativos a act. operacional	-49.347,97		-240.930,76	
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	532.475,87		227.865,77	
Rec. relacionados com rubricas extraordinárias	30.859,70		605,33	
Pag relacionados com rubricas extraordinárias	6.075,61		2.097,73	
Fluxo das Actividades Operacionais		557.259,96		226.373,37
Actividades de Investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros				
Imobilizações corpóreas				
Imobilizações incorpóreas				
Subsídios de investimento				
Juros e proveitos similares	42,73		196,79	
Dividendos		42,73		196,79
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	200,00		49.500,00	
Imobilizações corpóreas	133.553,61		158.814,34	
Imobilizações incorpóreas	0,00	-133.753,61		-208.314,34
Fluxos das actividades de investimento		-133.710,88		-208.117,55
Actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos			242.000,00	
Aumentos de capital, Prest. Suplementares e Prémios de Emissão	185.016,53		185.791,31	
Subsídios e doações				
Venda de acções (quotas) próprias				
Cobertura de prejuízos		185.016,53		427.791,31
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	171.783,50		428.233,01	
Amort de contratos de locação financeira	42.719,68			
Juros e custos similares	390.825,58			
Dividendos				
Reduções de capital, prest. Suplementares				
Aquisição de acções (quotas) próprias		605.328,76		428.233,01
Fluxos das Actividades de Financiamento		-420.312,23		-441,70
Variação de caixa e seus equivalentes		3.236,85		17.814,12
Caixa e seus equivalentes no início do período		59.201,26		53.824,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período		62.438,11		59.201,26

A Técnica de Contas

O Departamento
Administrativo e Finan

A Direcção

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **COOPLISBOA - UNIÃO DE COOPERATIVAS DE CONSUMO, UCRL.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total de 14.313.763 euros e um total de capital próprio de 4.768.371 euros, incluindo um resultado liquido negativo de 342.537 euros), a Demonstrações dos resultados por natureza e por funções e a Demonstração dos fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizados na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do principio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

1. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **COOPLISBOA – UNIÃO DE COOPERATIVAS DE CONSUMO, UCRL.**, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites

Pinhal Novo, 21 de Julho de 2007.

José Candeias Lourenço Jacob, (ROC 858)
Em representação de
R. Soares, R. Coelho & J. Jacob – S.R.O.C.